

ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA QUINTA (175ª) REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2020. Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às dez horas e trinta minutos, na Rua Iaiá, nº 126, Itaim Bibi, no município de São Paulo/SP, reuniram-se os Conselheiros, contando ainda com a participação do Sr. Paulo Matos, Gerente Financeiro e com a colaboração da Senhora Adriana Hortega Roque, Gerente de Relações Corporativas da Companhia Docas de São Sebastião, para secretariar os trabalhos. Registra-se que esta reunião foi realizada presencialmente, seguindo os protocolos de prevenção do Covid-19: uso de máscara obrigatório e utilização de álcool em gel. A Presidente do Conselho iniciou a reunião, em cumprimento a seguinte Ordem do Dia: **1. Leitura e aprovação da Ata da 174ª Reunião do CONSAD, de 24/09/2020. 2. Informes da Diretoria: 2.1. Demonstração do Resultado Operacional e Receitas; 2.2. Fluxo de Caixa; 2.3. Demonstrações de Resultados – DRE; 2.4. Balanço Patrimonial. 3. Aprovação do Contrato de Passagem subterrânea Olfar (Óleo de Palma). 4. Ofício encaminhado para a SLT – Interligação do Sistema Nova Tamoios-Contornos com o Porto. 5. Ofício encaminhado para a Dersa – Contrato de Cessão Onerosa entre CDSS e Dersa. 6. Ofício Codec 153-2020, 08/10/2020 – Apontamentos TCE 2019 - Recomendação emitida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ao julgar as contas anuais do Governador (exercício 2019). 7. Avaliação e impactos relacionados com a apreensão de drogas no embarque de milho. 8. Ata da 157ª reunião do CONFIS, de 20/08/2020, aprovada pelo Colegiado. 9. Informes Gerais. 1. Leitura e aprovação da Ata da 174ª Reunião do CONSAD, de 24/09/2020.** A ata da 174ª Reunião do CONSAD foi lida e aprovada pelos Conselheiros, devendo ser consequentemente assinada e registrada em livro próprio. **2. Informes da Diretoria.** O Sr. Paulo Oda apresentou os resultados operacionais acumulados até o mês de setembro/20. Em termos de receita, o valor vai ser mantido no mesmo patamar de 2019, devendo atingir até R\$ 23 milhões. A operação de açúcar foi o fiel da balança, pois se não fosse esta carga talvez não atingíssemos este resultado, uma vez que alguns produtos deixaram de ser importados e houve queda na movimentação de barrilha. O Sr. Vantine posicionou o Conselho sobre uma discussão ocorrida no CAP, onde foi colocada a questão que alguns navios estavam desviando de São Sebastião para outros Portos, principalmente em função do calado, o que poderia ser sanado com a dragagem. O Sr. Paulo Oda posicionou que após dois meses o Comitê Gestor de Gastos Públicos retornou o processo desta licitação com uma pendência, pedindo esclarecimentos. Portanto, ainda não há a aprovação deste comitê para que a licitação seja publicada. Por outro lado, em relação ao açúcar, por exemplo, temos boas perspectivas, uma vez que o operador está investindo em armazém. Além disso, foi realizada uma reunião com os Operadores Portuários para apresentar a nova estrutura tarifária e compartilhar o fato de que a Companhia está recebendo subsídio do Estado, da ordem de R\$ 10 milhões anuais como custeio, o que significa que “estão sendo repassados recursos públicos para o setor privado”. Esse montante representa cerca de 40% da receita. Para o equilíbrio financeiro a receita deveria ser aumentada em 40%, o que significa, num primeiro momento, que a tarifa teria que ser reajustada nesse mesmo percentual, o que seria um problema, pois haveria o risco de perder cargas.

Outra alternativa é a redução de despesas, o que é praticamente impossível, pois a Companhia já tem falta de pessoal, na realidade até necessita realizar concurso, para novas contratações e, além disso, a Companhia mantém os contratos de terceiros no patamar mínimo para atender os serviços essenciais e mesmo assim temos algumas lacunas em relação a meio ambiente e segurança, por exemplo. Então, foi colocado aos Operadores duas alternativas: aumento de tarifa ou aumento na movimentação de carga, utilizando os armazéns próprios, para aumentar a margem de lucros, mas primordialmente para absorver o excedente de cargas armazenadas no Porto. Foi proposta, então, uma solução mista com um reajuste tarifário de 20% enquanto os Operadores buscariam aumentar a movimentação de carga em 20%, para talvez chegar a um equilíbrio. A ideia era reajustar a tarifa no início do ano junto com a mudança da estrutura tarifária, mas os Operadores solicitaram um prazo maior, para que possam buscar novos negócios e aumentar a movimentação, sem haver reajuste tarifário. Os Operadores foram alertados que, com a desestatização do Porto, a tendência é de o novo controlador ajustar as tarifas para manter o equilíbrio financeiro, de qualquer forma. Sobre o faturamento, a média mensal da receita de 2019 foi cerca de R\$ 1,8 milhão e já estamos ultrapassando este valor, o que indica previsão de receita maior para 2020 em relação a 2019. As três principais fontes de receitas são a tabela 1, o uso do canal; a tabela 3, o uso da infraestrutura e a tabela 4, o armazenamento. A perspectiva para 2021 é que será um ano crucial, pois teremos que lidar com a questão da armazenagem, uma vez que os Operadores estão construindo seus próprios armazéns, o que trará queda na receita da tabela 4. O Sr. Paulo Matos apresentou o fluxo de caixa. Em setembro houve uma queda por volta de R\$ 200 mil, mas ainda foi acima do valor total faturado em setembro, R\$ 1,837 milhão. As despesas estão se mantendo apesar de algumas variações. Houve uma redução na parte tributária onde, no mês de setembro, por força da lei, o PIS/COFINS foi isentado de ser pago acumulado, então para outubro será pago o dobro de PIS/COFINS. Não houve nenhuma alteração substancial, mas o fluxo de caixa em 2020 tem apresentado um superávit operacional e devemos fechar o ano com R\$ 6 milhões positivos, se tivermos as despesas da dragagem. Caso contrário, teremos um problema de orçamento, com “sobra” de cerca de R\$ 2,5 milhões, ou seja, temos uma reserva orçamentária prevista para novembro e dezembro, mas, como já foi dito anteriormente, estamos tentando solucionar a liberação desta contratação no Comitê Gestor de Gastos Públicos. Sobre a DRE, a alteração do mês anterior é que houve um acréscimo na provisão para risco trabalhista, da ordem de R\$ 370 mil. No balanço patrimonial, o prejuízo acumulado também sofreu um aumento, reflexo do aumento da provisão do risco trabalhista. 3. Aprovação do Contrato de Passagem subterrânea Olfar (Óleo de Palma). Os questionamentos realizados pelo colegiado foram esclarecidos por e-mail. O Sr. Vantine acrescentou que releu o contrato e fez algumas considerações. A cláusula terceira menciona o anexo 1 - planta do projeto. Esta planta ainda não tem aprovação prefeitura, não tem aprovação de engenheiro, ainda não sabemos qual é o projeto executivo que vai ser configurado na instalação. O Sr. Paulo Oda esclareceu que na especificação do Anexo I a palavra “projeto” foi colocado a mais, pois se trata apenas da “planta de localização” e que a inexistência do projeto executivo é de conhecimento da Diretoria Executiva, inclusive está especificado no próprio contrato, que menciona que o projeto executivo deverá ser entregue em 60 (sessenta) dias. O Sr. Vantine

mencionou também que tem a questão de segurança da conexão da tubulação que será enterrada no solo, também não tem nenhum projeto sobre isso. Se houver uma ruptura no momento da descarga, ou uma rajada de vento, um derramamento na água. A Olfar realizou uma consulta preliminar junto à Cetesb, o que ainda não é o licenciamento ambiental. Diante de tantas questões, o Sr. Vantine sugere substituir, neste momento, o Contrato para um Protocolo de Intenções, que pode ser assinado a qualquer instante pela Diretoria Executiva, testemunhas das duas partes e eles têm um prazo para apresentar todos os documentos necessários. O Sr. Delson é favorável à aprovação, destacando duas questões: os riscos de operação já existem atualmente, sem as tubulações da Olfar, não sendo, portanto, um fato novo e entende as preocupações do Sr. Vantine e do Sr. Agnaldo, mas ratifica que se trata de um contrato que trará receita para o Porto. O Sr. Agnaldo manifesta-se favorável à assinatura do contrato, ressaltando que os questionamentos e observações realizadas na reunião anterior constem em ata, sendo uma das que ele julga mais importante para a segurança na área do Porto é o avanço em ambos os lados e o "recuo" por onde vão passar as instalações de dutos e equipamentos. O Sr. Paulo Oda vota a favor da assinatura do contrato, ratificando que as preocupações levantadas estão cobertas no contrato e quanto antes for assinado, a Companhia já poderá contar com as receitas referentes ao contrato. O Sr. Vantine ressalva que é a favor do contrato, mas vota contra a assinatura do contrato, da forma como a minuta contratual está redigida, mas se dispõe a aprovar se houver a ressalva de segurança, com a salvaguarda para a Companhia, inserindo na minuta contratual, por exemplo, as disposições gerais no final do contrato, mencionando que deverá apresentar no prazo de 6 meses tais documentos, caso contrário o contrato perde a validade. O Sr. Paulo Oda esclareceu que a licença da CETESB é da instalação dos tanques, não é da operação. Ademais, deve-se tratar de forma distinta a passagem da tubulação e as operações de descarga do óleo de palma. Qualquer operação no Porto está vinculada à sua Licença de Operação. A Companhia é que deve comunicar ao IBAMA que terá operação de óleo palma e, eventuais exigências estabelecidas pelo IBAMA para essa operação deverão ser cumpridas pela Olfar e pelo Operador Portuário. Esclareceu também que, na minuta contratual, constam quatro cláusulas tratando de situações de rescisão, inexecução, penalidades e extinção do contrato e, além disso, outras quatro cláusulas tratando de meio ambiente que cobrem todas as preocupações apresentadas pelo Sr. Vantine. A minuta cobre de forma muito mais ampla os pontos que estão sendo questionados. Acrescentou, ainda, que qualquer alteração nos termos da minuta do contrato demandará tempo adicional para encaminhamento ao cliente para aprovação pelo seu jurídico e, no retorno, a revisão pelo nosso jurídico para aprovação final, atrasando ainda mais a entrada da receita para a Companhia. A Sra. Zulaiê solicitou um prazo para reler a minuta contratual e manifestar o seu voto posteriormente, ficando a votação pela assinatura do contrato com a Olfar, até o momento, da seguinte forma, considerando a minuta apresentada: 3 (três) votos favoráveis: Paulo Oda, Delson e Agnaldo e 1 (um) voto contra o conteúdo da minuta contratual proposta pela Diretoria da Companhia, que ratifica não ser contra a assinatura do contrato: Vantine. 4. Ofício encaminhado para a SLT – Interligação do Sistema Nova Tamoios-Contornos com o Porto. Sobre este tema, o Sr. Paulo Oda esclareceu que ofício encaminhado à SLT tem como objetivo relatar a preocupação em relação à

ausência, no Projeto da Nova Tamoios-Contornos em negociação para retomada das obras, da interligação direta do final do Contornos com o Porto. O Secretário justificou que foi renegociado um projeto que já está em andamento. O projeto original do Contornos não previa essa interligação. A ideia é depois de renegociado, buscar uma alternativa contratual, como aditamento, por exemplo. Ainda há a questão do município, que terá que desapropriar uma área para que seja construída uma avenida, para acesso ao Porto. O Sr. Vantine complementou que este é um ponto preocupante, pois o assunto está parado, e se, por um lado, há pressão para que a Companhia tenha uma área comercial ativa, para que novos negócios e cargas sejam fechados, por outro lado a questão da estrada afeta diretamente a atratividade do Porto.

5. Ofício encaminhado para a Dersa – Contrato de Cessão Onerosa entre CDSS e Dersa. A Companhia encaminhou este ofício, propondo um contrato de locação pela área ocupada pelo Dersa para a travessia São Sebastião – Ilhabela. Este contrato tem por objetivo, além de regularizar a ocupação da área, uma vez que a mesma foi incluída na Área do Porto Organizado na revisão da poligonal do Porto, trazer segurança jurídica em eventual processo de privatização da travessia, possibilitando a cobrança da locação do novo concessionário da travessia.

6. Ofício Codec 153-2020, 08/10/2020 – Apontamentos TCE 2019 Recomendação emitida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ao julgar as contas anuais do Governador (exercício 2019). Este ofício foi encaminhado a todas as empresas do Governo, onde foi encaminhado o relatório do tribunal de contas, analisando as contas do Governo Estadual. Foram inseridas neste relatório algumas observações. O mesmo será avaliado pelas equipes da Companhia e, se necessário, serão tomadas as medidas necessárias.

7. Avaliação e impactos relacionados com a apreensão de drogas no embarque de milho. O Sr. Paulo Oda esclareceu que a Polícia Federal apreendeu, num carregamento de milho para exportação, 1,5 tonelada de cocaína. Na chegada do navio, na Espanha, apreenderam mais 1,2 tonelada de cocaína. A Polícia Federal está investigando. Agnaldo relata que esta operação foi realizada pela Receita Federal em conjunto com a Polícia Federal, onde a RF notou que o navio aguardava por mais de 20 dias para atracar com a carga total muito baixa para movimentar, chamando atenção para uma possível desconfiança desta operação. Um dos principais pontos para a Companhia é que o contrato do *scanner* foi encerrado e não houve nova licitação, para redução de custos. Esta carga deveria ter sido escaneada. O fato é que paira certa “desconfiança” sobre a Diretoria, uma vez que o *scanner* estava inoperante na movimentação do milho. Outro ponto que vale ressaltar é o fato de a Guarda Portuária não ter armamento, deixando o Porto exposto a ações do crime organizado.

8. Ata da 157ª reunião do CONFIS, de 20/08/2020, aprovada pelo Colegiado. A ata da última reunião aprovada pelo CONFIS foi compartilhada ao Colegiado, para conhecimento.

9. Informes Gerais. Paulo Oda posicionou o Conselho sobre a contratação da empresa de auditoria para aprovação das contas do ano de 2020. O processo foi aprovado pelo comitê gestor de gastos públicos, e deverá ser assinado entre outubro e novembro. Informou que, no último final de semana, houve uma pane geral nas lanternas de iluminação do canal e a solução, para sanar a questão da forma mais rápida possível, foi a locação das lanternas por 3 meses, até ser encerrado o processo de compra das lanternas. Na última terça-feira foram feitas as instalações, sendo aprovadas pela Marinha, após solicitarem alguns ajustes. Agnaldo informa que as carretas que permanecem estacionadas por

vários dias dentro da área do Porto, ao lado direito da estação de *scanner*, podem comprometer a segurança interna com relação a fiscalização da Receita Federal. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual eu, Adriana Hortega Roque, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos Conselheiros.

São Paulo, 22 de outubro de 2020.

ZULAIÊ COBRA RIBEIRO
PAULO TSUTOMU ODA
DELSON JOSÉ AMADOR
JOSÉ GERALDO SIQUEIRA VANTINE
AGNALDO RODRIGUES DA SILVA